

Para Santayana, sociedade deve debater fim do diploma

Da Redação do Folha

O segundo e último debate promovido pela Folha na noite de sexta-feira em seu auditório (al. Barão de Limeira, 425, novo andar, centro de São Paulo), sobre a obrigatoriedade da exigência de diploma universitário para o exercício da profissão de jornalista, contou com a participação de um dos autores da proposta, o jornalista Mauro Santayana, 53, secretário-executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que a estuda e deve encaminhar sugestões nesse sentido ao Congresso Constituinte. Participaram também desse debate o prof. José Marques de Melo, 42, chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; do jornalista Audálio Dantas, 56, presidente da federação nacional dos Jornalistas (Fena), e do jornalista Matinas Suzuki Jr., 31, editor da "Ilustrada". A discussão foi mediada pelo secretário de Redação da Folha, Carlos Eduardo Lins da Silva, 33.

Em suas exposições, Santayana disse que a discussão deveria ser tratada por toda a sociedade, uma vez que, no seu entender, a imprensa é um instrumento social. Para ele, a extinção da obrigatoriedade do diploma democratizaria o acesso da sociedade aos meios de comunicação. Ele enfatiza, contudo, que não é contra os cursos de jornalismo, mas contra a obrigatoriedade. O jornalista Audálio Dantas, por sua vez, não acredita que o jornalista graduado em escolas de jornalismo seja empilhado para o livre acesso da sociedade aos meios de comunicação.

O prof. José Marques de Melo fez a defesa da formação universitária, colocando que esta vem-se aperfeiçoando e se tornando, cada vez mais, capaz de fornecer profissionais competentes. O jornalista Matinas Suzuki Jr. concorda com a formação universitária desde que ela não seja obrigatoriamente em cursos de jornalismo. Suzuki embasa sua opinião dizendo que há grande dificuldade em se conseguir mão-de-obra qualificada e especializada que domine técnica e linguagem.

A seguir, publicamos alguns trechos desse debate.

Carlos Eduardo — Este é o segundo e último debate desta série que a Folha está promovendo sobre a formação do jornalista e a polémica da obrigatoriedade do diploma de bacharel e o jornalismo para o exercício da profissão... Gostaria, então, de dar início aos trabalhos, solicitando ao professor José Marques de Melo que fizesse uso dos seus cinco minutos iniciais.

José Marques de Melo — Eu entendo que essa polémica criada em torno do diploma de jornalismo — que, aliás, é uma ressuscitação de algo que nos últimos vinte anos, vez por outra, a imprensa volta a colocar —, é um problema que não é o problema essencial porque, no momento em que nós estamos trabalhando para reordenar a vida constitucional do país, a questão do exercício da profissão de jornalista, como a questão do exercício de outras profissões no campo da Comunicação, constitui uma parte de um todo que é a questão do controle dos meios de comunicação do país e do uso desses meios de comunicação enquanto instrumentos de informação pública, de educação e de cultura. Dá-se a impressão, no debate que está correndo, que a democratização da informação, o acesso da opinião pública à expressão de pontos de vista na imprensa brasileira, esbarra na legislação que regulamenta a profissão de jornalista. Isso não é absolutamente verdade. A questão central que nós enfrentamos neste país é a do monopólio da comunicação por parte de uma elite governamental e empresarial e a impossibilidade de a grande maioria da população ter acesso a esses meios de comunicação. E, evidentemente, esse acesso aos meios de comunicação não se faz através da profissão, ele se faz através do controle político, do controle econômico e do controle ideológico desses meios. Então, parece-me que a questão central a ser

debateda é, efetivamente, a de como a nova Constituição pode assegurar o mecanismo para democratizar o acesso das forças vivas da sociedade, da sociedade civil, dos grupos comunitários, dos sindicatos, das forças organizadas da sociedade aos meios de comunicação. E, nesse contexto, então, vem a questão do exercício da profissão. Ora, quando nós que militamos na universidade defendemos a atual regulamentação, essa defesa parte da própria estrutura que configura o exercício das profissões no Brasil. Eu entendo que se a comissão de reforma constitucional (referendo-se à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais) quer realmente reordenar o exercício das profissões no Brasil... Então, se a Constituição, efetivamente, criar um sistema de reordenamento de todos os exercícios das profissões no Brasil, privilegiando competências, então essa questão do diploma de jornalismo passa a ter um papel secundário. Agora, na medida em que não muda isso, eu acho que não tem sentido mudar somente o caso do exercício da profissão de jornalista. Por outro lado, eu defendo a formação dos jornalistas na universidade porque a experiência internacional nesse campo demonstra que se trata de um tipo de atividade cada vez mais complexa e que exige uma preparação sistematizada, exige um aprendizado que não é meramente um aprendizado técnico. É um problema efetivamente de formação de um conjunto de profissionais, que vão atuar em diferentes áreas e que têm a função de, no caso dos grandes meios de comunicação, das indústrias de comunicação, proporcionar a democratização da informação no sentido de tornar acessível o conhecimento do cotidiano, a interpretação do cotidiano, à grande maioria que, muitas vezes, não tem condições, em suma, de acompanhar os fatos contemporâneos pela falta de instrução, pela falta de educação que nós temos no país.

Mauro Santayana — Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que tenho sido muito acusado de ser contra os cursos de Comunicação. Eu quero dizer que não sou contra nenhum curso de Comunicação, mas, lamento que estejamos aqui discutindo isso, só nós que somos os principais interessados como corporação. A maior parte de nós aqui é jornalista, que estamos discutindo o problema de jornalismo. Essa discussão tem de ser feita pela sociedade, que é a quem mais interessa saber — a imprensa é uma instituição da sociedade, não é uma instituição nossa nem das empresas... Bem, então é preciso separar as três coisas que devem ser separadas: a imprensa, a empresa e os jornalistas para raciocinar em torno do problema. Primeiro, a imprensa tem de ser livre... Liberdade de imprensa é a liberdade de imprimir papéis e distribuí-los, historicamente é isso. E foi essa liberdade de imprensa que fez mudar a história. Todas as vezes que a história mudou, mudou porque houve papéis impressos que circularam com idéias e informações. Isso ocorreu nos Estados Unidos, em 1776, ocorreu na França, em 1879, na Rússia em 1917, e está ocorrendo em todos os momentos. A história se faz através do jornal. A imprensa, os meios de comunicação, não refletem a realidade, eles mudam a realidade.



JOSÉ MARQUES DE MELO

Logo, a imprensa é um meio político por excelência, tão importante quanto o parlamento. Não é a toa que é chamado de Quarto Poder. O acesso profissional à imprensa não pode ser circunscrito a uma classe ou a duas classes ou a três ou quatro camadas sociais. O acesso à imprensa, o acesso profissional à imprensa, é o acesso político à imprensa. Eu quero lembrar aqui que desde — para ficar num exemplo brasileiro — o Evaristo da Veiga, que era um caixairo de loja, a imprensa foi o principal meio de acesso democrático



MAURO SANTAYANA

Mauro Santayana, 53, é secretário-executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Trabalhou em todos os grandes jornais brasileiros. Foi correspondente na Europa durante dez anos, em Praga, Bonn e Madri (para a Folha), além de comentarista político. Nos últimos anos, foi assessor político do presidente Tancredo Neves. É um dos autores da proposta de extinção da obrigatoriedade do diploma em Comunicação para o exercício da profissão de jornalista, apresentado pelo Comitê Temático de Direitos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Carlos Eduardo — Muito obrigado ao Mauro Santayana. Eu vou passar a palavra agora ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Audálio Dantas.

Audálio Dantas — Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o meu companheiro, jornalista Mauro Santayana, que está evidentemente em posição oposta à minha, mas eu quero saudar o companheiro em quem reconheço um dos melhores jornalistas deste país, a despeito de não ter o diploma de curso específico de jornalismo, assim como eu também não tenho. Mas, ao fazer essa saudação, eu quero lembrar que a discussão que se trava neste momento, em torno dessa questão, precisa partir da colocação feita pelo companheiro Mauro Santayana na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — comissão, aliás, muito discutida por setores amplos da população, considerada autoritária. Mas eu não entro no mérito dessa discussão. Acho que no episódio a Comissão foi autoritária porque não se deu ao trabalho de consultar aquela categoria que é diretamente atingida pelo assunto, mesmo porque a Federação Nacional dos Jornalistas e os sindicatos da categoria do país, em número de 25, têm discutido exaustivamente essa questão e reiterado que estão francamente abertos a Federação, os seus sindicatos, os jornalistas de modo geral, ao debate da questão. Nós não nos fechamos nesse debate. O que está acontecendo efetivamente — isso precisa ser dito com todas as letras — é uma falsificação da discussão ao se colocar a questão do diploma como central, quando, na verdade, a questão ampla de interesse dos trabalhadores jornalistas não é propriamente o diploma, mas o diploma como um pilar da sua regulamentação profissional. Queremos que essa regulamentação seja preservada pelo menos até que ela seja discutida no Congresso Nacional — e não por uma comissão de notáveis — e, mais ainda, como já foi dito várias vezes, não sendo esta questão da regulamentação profissional uma questão para a Constituinte. Todas as regulamentações foram feitas por leis ordinárias e, portanto, não seria a dos jornalistas que, discriminatori-

"A imprensa é um meio político por excelência"

Carlos Eduardo — Muito obrigado, prof. José Marques. Passo a palavra agora ao jornalista Mauro Santayana.

José Marques de Melo — Eu entendo que essa polémica criada em torno do diploma de jornalismo — que, aliás, é uma ressuscitação de algo que nos últimos vinte anos, vez por outra, a imprensa volta a colocar —, é um problema que não é o problema essencial porque, no momento em que nós estamos trabalhando para reordenar a vida constitucional do país, a questão do exercício da profissão de jornalista, como a questão do exercício de outras profissões no campo da Comunicação, constitui uma parte de um todo que é a questão do controle dos meios de comunicação do país e do uso desses meios de comunicação enquanto instrumentos de informação pública, de educação e de cultura. Dá-se a impressão, no debate que está correndo, que a democratização da informação, o acesso da opinião pública à expressão de pontos de vista na imprensa brasileira, esbarra na legislação que regulamenta a profissão de jornalista. Isso não é absolutamente verdade. A questão central que nós enfrentamos neste país é a do monopólio da comunicação por parte de uma elite governamental e empresarial e a impossibilidade de a grande maioria da população ter acesso a esses meios de comunicação. E, evidentemente, esse acesso aos meios de comunicação não se faz através da profissão, ele se faz através do controle político, do controle econômico e do controle ideológico desses meios. Então, parece-me que a questão central a ser

debateda é, efetivamente, a de como a nova Constituição pode assegurar o mecanismo para democratizar o acesso das forças vivas da sociedade, da sociedade civil, dos grupos comunitários, dos sindicatos, das forças organizadas da sociedade aos meios de comunicação. E, nesse contexto, então, vem a questão do exercício da profissão. Ora, quando nós que militamos na universidade defendemos a atual regulamentação, essa defesa parte da própria estrutura que configura o exercício das profissões no Brasil. Eu entendo que se a comissão de reforma constitucional (referendo-se à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais) quer realmente reordenar o exercício das profissões no Brasil... Então, se a Constituição, efetivamente, criar um sistema de reordenamento de todos os exercícios das profissões no Brasil, privilegiando competências, então essa questão do diploma de jornalismo passa a ter um papel secundário. Agora, na medida em que não muda isso, eu acho que não tem sentido mudar somente o caso do exercício da profissão de jornalista. Por outro lado, eu defendo a formação dos jornalistas na universidade porque a experiência internacional nesse campo demonstra que se trata de um tipo de atividade cada vez mais complexa e que exige uma preparação sistematizada, exige um aprendizado que não é meramente um aprendizado técnico. É um problema efetivamente de formação de um conjunto de profissionais, que vão atuar em diferentes áreas e que têm a função de, no caso dos grandes meios de comunicação, das indústrias de comunicação, proporcionar a democratização da informação no sentido de tornar acessível o conhecimento do cotidiano, a interpretação do cotidiano, à grande maioria que, muitas vezes, não tem condições, em suma, de acompanhar os fatos contemporâneos pela falta de instrução, pela falta de educação que nós temos no país.

dos pobres ao poder. Nós temos aí no parlamento, em todos os parlamento e não só daqui, do mundo inteiro, homens que começaram como repórteres nos seus jornais e puderam ter uma ascensão política na sociedade. Quero lembrar também que não é o editorialista só que faz a política do jornal, não é só o comentarista, o colaborador eventual. São os repórteres que fazem a política. Quero lembrar aqui apenas o episódio recente de Watergate. Por isso, Roosevelt costumava dizer que seus adversários podiam ficar com todos os editoriais porque ele queria a seu lado os repórteres dos Estados Unidos. É a reportagem que muda as coisas, é a informação, e isso é sempre um ato político desde o momento em que o repórter é designado para buscar uma matéria. É um ato político porque o seu chefe manda o repórter buscar a matéria muitas vezes tendo em vista a própria ótica do repórter na escolha do fato, na escolha da angulação do fato. Nos entrevistados que escolhe, ele está tendo uma atitude política por excelência. O jornalismo é política. É preciso entender as coisas assim, nesse aspecto. Então, outra coisa é que os proprietários controlam seus veículos. Isso é uma maldição do regime capitalista e nós não podemos sair dele enquanto não mudar o regime. Agora, o repórter pode influir no seu jornal e esta Folha de S. Paulo demonstra isso. O prof. Marques de Melo publicou um artigo defendendo a sua posição, quando a posição da Folha de S. Paulo, ao que me parece, no seu editorial, é contrária à posição do prof. Marques de Melo. Eu, por exemplo, nos meus trinta e tantos anos de jornalismo, nunca alguém me obrigou a fazer uma matéria sequer. Eu posso até deixar de publicar uma opinião, mas nunca alguém me obrigou a fazer coisa alguma, porque esta é uma realidade que nós que trabalhamos dentro de jornais sabemos como ela é. Eu ouço sempre dizer que só alguns poucos jornalistas podem escrever o que pensam dentro do jornal. Esses poucos começaram, todos eles, como repórteres. Eles fizeram a carreira dentro do jornal, eles adquiriram o direito de dar a sua opinião, na qualidade de seu trabalho.

Carlos Eduardo — Muito obrigado ao Mauro Santayana. Eu vou passar a palavra agora ao presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Audálio Dantas.

Audálio Dantas — Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar o meu companheiro, jornalista Mauro Santayana, que está evidentemente em posição oposta à minha, mas eu quero saudar o companheiro em quem reconheço um dos melhores jornalistas deste país, a despeito de não ter o diploma de curso específico de jornalismo, assim como eu também não tenho. Mas, ao fazer essa saudação, eu quero lembrar que a discussão que se trava neste momento, em torno dessa questão, precisa partir da colocação feita pelo companheiro Mauro Santayana na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — comissão, aliás, muito discutida por setores amplos da população, considerada autoritária. Mas eu não entro no mérito dessa discussão. Acho que no episódio a Comissão foi autoritária porque não se deu ao trabalho de consultar aquela categoria que é diretamente atingida pelo assunto, mesmo porque a Federação Nacional dos Jornalistas e os sindicatos da categoria do país, em número de 25, têm discutido exaustivamente essa questão e reiterado que estão francamente abertos a Federação, os seus sindicatos, os jornalistas de modo geral, ao debate da questão. Nós não nos fechamos nesse debate. O que está acontecendo efetivamente — isso precisa ser dito com todas as letras — é uma falsificação da discussão ao se colocar a questão do diploma como central, quando, na verdade, a questão ampla de interesse dos trabalhadores jornalistas não é propriamente o diploma, mas o diploma como um pilar da sua regulamentação profissional. Queremos que essa regulamentação seja preservada pelo menos até que ela seja discutida no Congresso Nacional — e não por uma comissão de notáveis — e, mais ainda, como já foi dito várias vezes, não sendo esta questão da regulamentação profissional uma questão para a Constituinte. Todas as regulamentações foram feitas por leis ordinárias e, portanto, não seria a dos jornalistas que, discriminatori-



AUDÁLIO DANTAS

Audálio Dantas, 56, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, presidente do Conselho Curador da Fundação Cásper Libero e diretor-superintendente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. Trabalhou em vários jornais brasileiros. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e foi deputado federal pelo PMDB.



CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Carlos Eduardo Lins da Silva, 31, secretário de redação da Folha, formou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Libero. Fez mestrado em Comunicação na Michigan State University (EUA) e doutorado, também em Comunicação, na USP. É professor da Escola de Comunicações e Artes da USP. Trabalhou nos Diários Associados, onde foi desde repórter até correspondente nos Estados Unidos, foi redator-chefe das revistas "Raízes" e "Crítica da Informação".

amente, se faria uma Constituição que se pretendia democrática. Essa colocação eu a faço do ponto de vista de dirigente sindical e de cidadão. Eu não posso aceitar principalmente o argumento — e é um argumento falacioso — de que a não exigência do diploma ou a abolição do jornalista, do curso específico de jornalismo, constituiria uma abertura para que a sociedade se manifestasse através dos meios de comunicação e se colocando de uma maneira insidiosa, que o jornalista estaria sendo, ao defender a reserva de mercado para a categoria, um elemento de impedimento. Os jornalistas, os trabalhadores, vejamos bem, os trabalhadores e não os detentores dos meios de comunicação estariam sendo fatores de impedimento para que a sociedade se expresse nos meios de comunicação. Falsidade maior do que essa colocação que tem sido feita, através de sucessivos editoriais na grande imprensa, eu não conheço.

"Obrigatoriedade é como uma camisa-de-força"

Carlos Eduardo — Obrigado Audálio. Agora eu vou passar a palavra ao jornalista Matinas Suzuki Jr., editor da Folha Ilustrada, da Folha de S. Paulo.

Matinas Suzuki Jr. — Eu gostaria de dar um depoimento pessoal, na medida em que eu fico um pouco à vontade para dizer algumas coisas porque eu sou formado em jornalismo, tenho diploma de jornalismo, fui professor de jornalismo e fui uma das pessoas que ajudou a reestruturar e a rediscutir a estrutura curricular do curso de jornalismo da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo e trabalho há quatro anos na grande imprensa, como editor da Ilustrada. Toda essa experiência pessoal, essa trajetória minha, me levou a perceber algumas coisas com relação a essa exigência do diploma para que se possa ingressar na grande imprensa. A primeira delas, que eu vejo como profissional hoje em dia, é a limitação da formação. Eu, diariamente ou rotineiramente, me defronto com problemas de quadros de pessoas para trabalhar comigo na minha editoria. Problema que, pelo menos, acontece uma vez por mês. E, pela camisa-de-força do diploma, eu sou obrigado a entrevistar. A Folha tem um sistema de contratação que, dentro das empresas de jornalismo que conheço, permite com que qualquer pessoa formada em jornalismo possa mandar seu currículo para ser analisado e depois passa por uma série de entrevistas etc. Com a exigência de um jornalismo de alto nível, a exigência de um jornalismo cultural sofisticado e que seja com qualidade de informação e com qualidade de opinião, uma qualidade de conhecimento técnico e teórico dos assuntos ali falados, com uma qualidade de notícia e uma qualidade de opinião, raramente eu consigo preencher a exigência desse perfil profissional com um recém-saído de escolas de Comunicações. A experiência repete-se cotidianamente, repete-se sistematicamente, e leva quase que a uma situação meio que de desespero do editor no sentido de que ele tem, cada vez mais, um nome profissional, a carreira profissional dele, o trabalho dele depende de uma equipe que ele está montando, depende da equipe que trabalha com ele. O editor de caderno depende muito do trabalho coletivo. Como transformar esse coletivo num jornal de boa qualidade? Como imprimir para o leitor essa impressão de boa qualidade se você tem deficiência na — vamos assim dizer — matéria-prima da mão-de-obra, quando você não consegue formar um quadro de especialistas em música, de especialistas em teatro, de especialistas em cinema, de especialistas em literatura, que possam responder com o respeito e com a qualidade que o leitor precisa ter nessas áreas? Então, essa experiência cotidiana me levou a ver uma camisa-de-força muito grande, a uma restrição muito grande na qualidade do trabalho, a partir do momento em que eu só posso contratar uma pessoa que seja formada e que tenha o diploma de jornalismo. Isso pensando pelo lado da minha experiência

profissional atual, diária, minha atuação atual diária dentro do jornal. A minha experiência em curso de Comunicação, seja como professor seja como aluno, me levou a ver outra coisa e que eu discordo — eu tenho lido os artigos do prof. José Marques de Melo — radicalmente. A estrutura com que estão montados os cursos de Comunicações no Brasil, o currículo exigido, as disciplinas tais quais elas se apresentam e mesmo os quadros de professores que nós temos na universidade, não permitem que você forme um profissional de alta qualidade. Com o nível universitário que se coloca, a posição das pessoas que defendem o diploma é a seguinte: não, se você não tem a universidade, você vai abrir o mercado e vai cair o nível. Eu sou totalmente a favor da formação universitária e que a pessoa tenha formação universitária para trabalhar jornal. Agora, o que eu não sou a favor é de que essa formação seja especificamente a formação de curso de jornalismo porque, estruturalmente, é uma formação frágil. Como disciplina, o jornalismo não é uma ciência, nem se pode considerar uma disciplina com um elenco teórico já sistematizado, com um elenco de complexidade de grau de conhecimento que se possa considerar uma formação técnica. Dentro dessa formação técnica e dentro de como está estruturado o curso, eu acho impossível que se formem bons quadros para atuar na imprensa, na grande imprensa, pelo nível de exigência de qualidade que já tem a grande imprensa no Brasil. Seria descer esse nível de qualidade se a gente cedesse a essa formação.

Carlos Eduardo — Obrigado Matinas. Agora vamos passar à segunda parte desse debate que se constitui nas perguntas de cada um dos debatedores aos demais componentes da mesa. Vou começar passando ao professor José Marques de Melo a palavra para que ele faça a sua primeira pergunta.

José Marques de Melo — Bom, minha pergunta é ao jornalista Matinas Suzuki. Pela exposição que ele acaba de fazer, ele demonstra que tem uma posição altamente elitista. A compreensão dele do jornalismo é altamente elitista e ele se preocupa, realmente, em fazer jornalismo para a minoria da sociedade. Eu entendo que a questão do direito precisa ser analisada em função da grande maioria da população que não tem formação. Eu pergunto ao Matinas se ele entende que essa questão deve ser dirigida a partir, digamos, desse seu interesse particular e da necessidade momentânea de fazer um jornalismo para uma minoria. E, segundo, se a sua experiência acadêmica, que eu acredito que tenha sido, em suma, traumática ou cheia de problemas, deve ser, digamos, o ponto de referência para passarmos a ter um ordenamento da questão. Você coloca a sua posição pessoal, a sua experiência pessoal e a sua meta de jornalismo como padrão de referência para resolvermos a situação do Brasil inteiro?

Matinas Suzuki Jr. — Eu te devolveria a pergunta: no que a exigência do diploma contribui para que não seja assim? É uma falsa pergunta que você está fazendo, José Marques. É uma falsa questão, quer dizer, você está contrapondo. Bom, você está pensando do seu ponto de vista particular, da formação que você teve. Eu não tive formação porque o curso que eu fiz não existiu. O curso de Comunicações da ECA, que eu fiz, é um péssimo curso, não é para jornalista, é inqualificável, é o nível mais baixo das ciências humanas na universidade brasileira o que você vai encontrar na Escola de Comunicações e Artes da USP. E eu fui aluno da faculdade de Filosofia, fiz pós-graduação em Filosofia, e posso dizer isso com a maior tranquilidade. Eu não acho que você contribui para a democratização de nada, de nada, você obrigando a atuar no jornalismo o péssimo, a péssima, a ir para as redações e fazer jornalismo no Brasil profissional elementos, pessoas, alunos, com uma péssima formação e que você acaba fazendo



MATINAS SUZUKI JR.

Matinas Suzuki Jr., 31, editor da Folha Ilustrada, formou-se em jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Trabalhou em "Opinião", "Aqui em São Paulo" e "O Beijo". É autor, com Gilberto Vasconcelos, dos ensaios "A Musa Popular Brasileira" (publicado no livro "De olho na fresta") e "A malandragem e a formação da Música Popular Brasileira" (publicado na coleção "História Geral da Civilização Brasileira"). Foi diretor da sucursal da Folha no Rio de Janeiro, de 1984 a 1985.

porque as empresas têm que aceitar essas pessoas. O jornalismo de elite, para mim, a questão de elite não se traduz na necessidade. A questão da elite se traduz na qualidade do trabalho que você vai apresentar para o grande público. Então você falsar a questão, achar que barateando a formação você está democratizando, você está entrando numa falsa questão.

Carlos Eduardo — Você ainda dispõe de um minuto e meio. Se você quiser dar um aparte para o José Marques...

Matinas Suzuki Jr. — Posso dar. José Marques de Melo — Veja, eu acho que a falsa questão é a que você colocou. Primeiro, você, ao dizer que só pode contratar jornalista formado pela faculdade, isso não é verdade. Você tem à sua disposição um mercado de trabalho, aliás, vasto. Você tem a possibilidade de selecionar. Então, você está pondo em cheque, inclusive, o mercado existente. Você disse que não encontra no mercado pessoas capazes de atender o seu interesse, de fazer o seu tipo de jornalismo cultural. Então, quer dizer: você está também negando que as próprias empresas formem seus quadros. Se você tem uma experiência, como dizia Mauro Santayana, desde Evaristo da Veiga, de pessoas que são formadas nas redações, se você ao fazer um concurso não seleciona alguém, então, você está pondo em cheque um outro sistema. Quanto aos seus problemas de aluno da Escola de Comunicações e Artes da USP eu posso até concordar que o seu curso não tenha sido dos melhores, porque tem havido nos últimos anos — e, efetivamente, são nos últimos quatro ou cinco anos — uma mudança radical nas estruturas dos currículos. Até o convidaria para ir à universidade e conhecer o esforço que se está fazendo, não só na Universidade de São Paulo, mas em outras escolas nos últimos anos, com toda preocupação, realmente, de se profissionalizar, de dar uma formação não técnica, mas uma formação profissional de forma mais ampla. Com o seu argumento, aquele de que as escolas não estão formando ainda os profissionais competentes, eu concordo em parte porque estou há vinte anos nesse "metier". Se este é o problema, eu acho que nós devemos então tomar providências para melhorar esse nível. E eu não acredito que, se você não encontra jornalistas experientes capazes de atender, como é que você vai encontrar recém-formados, sem nenhuma experiência de jornalismo, com formação em história, sociologia, no que for. A segunda pergunta que eu queria fazer é para o Mauro Santayana. Eu queria perguntar se a comissão de reforma constitucional (referendo-se à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais), além dessa questão do diploma de jornalismo, está realmente pensando na questão da democratização dos meios de informação porque, efetivamente, esse é que é o grande problema. Então, eu te pergunto: do ponto de vista da reforma constitucional o que é que se está pensando em fazer, realmente, para acabar com os monopólios e assegurar a participação da sociedade como um todo na produção e na difusão da comunicação?

Mauro Santayana — A paixão em torno deste debate está obscurecendo a coisa de fundo, que se está discutindo na Comissão de Estudos Constitucionais. Em primeiro lugar, essa comissão não tem nenhum poder jurídico de mudar coisa alguma. Nós estamos apenas estudando algumas coisas, levando algumas propostas que o presidente da República poderá ou não levar, a seu critério, à Assembleia Nacional Constituinte. E os constituintes é que deverão fazer a Constituição. É um erro considerar que nós estamos com uma posição arbitrária. O que o dr. Tancredo queria com essa comissão é exatamente o que está ocorrendo aqui: que as grandes questões da sociedade fossem discutidas pela sociedade, a partir de um elemento motivador, que foi a Comissão de Estudos Constitucionais. Até mesmo quando ela leva as porretadas que leva, ela está exercendo o seu papel, que é o de botar em discussão os problemas. Agora, respondo especificamente ao prof. José Marques de Melo: há duas coisas lá muito importantes, uma delas é a criação de um conselho, que deverá ser formado por onze membros, que venha a ser presidido pelo defensor do povo, que vai cuidar da política de Comunicações e, especificamente, da comunicação eletrônica, embora tenha também seus poderes sobre a comunicação escrita.

Carlos Eduardo — Vamos passar ao Mauro Santayana para que ele possa ter a chance de fazer suas perguntas a cada um dos componentes da mesa.

Mauro Santayana — Na realidade eu não tenho perguntas a fazer. Eu conheço as posições, sei delas e não tenho nenhuma pergunta a fazer.

"Esta é uma proposta anticorporativista"

Em lugar de ser o poder público, o presidente da República, o Executivo, o chefe do Poder Executivo, que dê licenças ou concessões — que resolvemos agora denominar licenças nesses nossos estudos — para operar canais de rádio e televisão, será um conselho com dez membros, três dos partidos políticos, três do Poder Executivo e quatro da sociedade, da forma que a lei estabelecerá, e sob a presidência de um defensor do povo que o nosso projeto prevê. A lei ordinária é que determinará como, mas esse conselho é que terá a última palavra na concessão de licenças e na revogação de licenças. O problema todo é que este debate ficou apaixonado porque ficou no meio da imprensa e nós estamos esquecendo que essa é uma proposta anticorporativista dentro da Comissão Constitucional. A sociedade é que tem que controlar as coisas e não os próprios interessados.

Carlos Eduardo — Vamos passar ao Mauro Santayana para que ele possa ter a chance de fazer suas perguntas a cada um dos componentes da mesa.

Mauro Santayana — Na realidade eu não tenho perguntas a fazer. Eu conheço as posições, sei delas e não tenho nenhuma pergunta a fazer.



JOSÉ MARQUES DE MELO

José Marques de Melo, 42, professor e chefe do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP. Autor dos livros "Comunicação: Teoria e Política", "A Opinião no Jornalismo Brasileiro", "Sociologia da Imprensa Brasileira", "Comunicação e Libertação". Publicou artigos e ensaios nas revistas "Journalism Educator" (EUA), "Gazette" (Holanda), "Comunicação" (Venezuela), entre outros.